

Conflito Socioambiental como Mote à Educação Ambiental Crítica: estudo de um contexto de conflito ambiental na Baixada Fluminense
Socio-environmental conflict as a motto to Critical Environmental Education: study about a context of environmental conflict in the Baixada Fluminense

Cristiano Ramos¹; Alexandre Maia do Bomfim²

1 Mestrando em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil - E-mail: cristiano.r.carvalho@hotmail.com/ <https://orcid.org/0000-0002-2858-9473>

2 Doutor em Ciências Humanas-Educação, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Nilópolis, Rio de Janeiro, Brasil - E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br ORCID: 0000-0002-5617-2229

Palavras-chave:

Conflito socioambiental.
Educação Ambiental Crítica.
Educação Ambiental Conservadora. Justiça Ambiental.

RESUMO: Este artigo reflete, antes de tudo, uma atividade voltada para o que pretendemos constituir quanto Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica) em sala de aula, antagonizando para o que seria uma Educação Ambiental Conservadora (EA-Conservadora). Enquanto a primeira considera a perspectiva do conflito de interesses dentro de uma sociedade de classes, a segunda interage apenas com as questões informacionais fornecidas na escola, sem vínculos com os problemas sociais existentes, quer dizer, não é suficiente para desenvolver um pensamento efetivo de cuidado com o meio ambiente por parte dos alunos. Para tanto foi utilizado um conflito socioambiental localizado em Duque de Caxias, que considerou os moradores de uma Unidade de Conservação e o poder público, neste momento. Nosso estudo passa pelo contexto de injustiças, muito comuns nos conflitos, pressupondo que os alunos, quando inseridos em uma prática que mostre diferenças econômicas e de poder, possam utilizar em sua formação e construir maneiras de resolução de problemas quando assim apresentados. A pesquisa participante aqui foi construída, por meio de entrevistas com os envolvidos do conflito com a participação efetiva dos estudantes, estes construíram um roteiro de perguntas e ficaram por dentro do conflito, contribuindo também com a análise. Por fim, os estudantes buscaram possíveis soluções para o conflito, considerando os estudos sobre as causas ambientais, sobre as descobertas e trocas realizadas pelo professor na interação com os alunos (fora e dentro da sala de aula), o que efetivou uma Educação Ambiental Crítica em sala de aula.

Keywords:

Socio-environmental conflicts.
Critical Environmental Education.
Conservative Environmental Education.
Environmental Justice

ABSTRACT: This article reflects, above all, an activity aimed at what we intend to constitute regarding Critical Environmental Education (EA-Critical) in the classroom, antagonizing what would be a Conservative Environmental Education (EA-Conservative). While the first considers the perspective of the conflict of interests within a class-based society, the second interacts only with the informational issues provided at school, without links to the existing social problems, that is, it is not enough to develop an effective thought of care with the environment by the students. For this purpose, a socio-environmental conflict located in Duque de Caxias was used, which considered the residents of a Conservation Unit and the public authorities at this time. Our study goes through the context of injustices, very common in conflicts, assuming that students, when inserted in a practice that shows economic and power differences, can use it in their training and build ways of solving problems when presented in this way. The participant research here was constructed, through interviews with those involved in the conflict with the effective participation of the students, they built a question script and stayed inside the conflict, also contributing to the analysis. Finally, students sought possible solutions

to the conflict, considering studies on environmental causes, on the discoveries and exchanges made by the teacher in the interaction with students (outside and inside the classroom), which led to a Critical Environmental Education in the classroom.

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, valer dizer que o pano-de-fundo deste artigo é ter a construção do que é para nós a Educação Ambiental (EA) que desejamos para a educação formal, nossa escola, tendo como foco uma reflexão sobre um conflito socioambiental. Este artigo mostra uma possibilidade de reflexão e ação para o que chamamos de Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica), especialmente levando para dentro de sala de aula. Para isso, serão discutidas as principais características também do que seria uma Educação Ambiental Conservadora (EA-Conservadora). Baseado nessas comparações, tentaremos demonstrar os benefícios da EA-Crítica para o desenvolvimento de uma consciência ambiental por parte dos alunos. A EA ao longo dos anos, vem mostrando cada vez mais diferenças, influenciando diretamente a escola, o meio social e a mídia. Cada uma dessas maneiras de trabalhar EA apresentam características bem delimitadas, por muitas vezes conflitantes. Um aspecto da EA-Conservadora, que Layrargues (2012) chama de “*macrotendência Conservacionista*”, nas melhor de suas hipóteses:

[...] Apóia-se nos fundamentos científicos e princípios filosóficos da ecologia [...] no pensamento ecossistêmico, na valorização da dimensão afetiva, em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por mudança cultural que relativize o antropocentrismo, em direção ao ecocentrismo. Mantém relação com a filosofia da natureza, ecologia profunda, eco-espiritualidade (p. 393).

Quer dizer, possui um poder de sedução grande, que não pode ser desconsiderado e tem forte apelo ao engajamento, mas é possível observar que se apoia em lugares próximos também de uma filosofia totalizante, poderíamos dizer até metafísico e não exatamente científico.

Tanto a EA-Conservadora quanto a EA-Crítica consideram a proteção ao meio ambiente, assuntos vistos com frequência dentro de disciplinas como Biologia e Geografia, porém a questão ambiental dentro do pensamento conservador é majoritariamente desvinculada das questões sociais e políticas. Segundo a Layrargues (na passagem acima), essa Educação Ambiental Conservadora se estrutura sobre uma mudança comportamental individual, de forma que a construção do conhecimento e as mudanças de atitudes são realizadas de maneira separada das relações sociais, ou seja, cada pessoa constrói dentro de si, isoladamente, por intermédio dos conhecimentos ensinados na escola e de influências que recebe das mídias, como computadores e televisão, a sua própria consciência ambiental.

Nesse momento inicial do artigo, serão evidenciadas as principais características da EA-Conservadora para posteriormente, definir a EA-Crítica. Por apresentar uma indicação de ação mais comportamentalista e individual na construção de uma dita “consciência ambiental” e por estar mais vinculada ao ambiente escolar, essa distinção entre esses tipos de EA tem como objetivo mostrar com clareza ao leitor de como elas se estruturam e se diferenciam.

A EA-Conservadora intensifica um apego a um ambiente natural distante do ser humano, tendo como característica a menor inserção humana possível na natureza. Os principais desastres ambientais que assolam o planeta passam a ser de responsabilidade de todos os homens, sem diferenciá-los, como se todos os humanos colaborassem da mesma maneira para a destruição do meio ambiente. Quando, na verdade, aqueles que são mais poderosos financeiramente e socialmente, em sua maioria, se apropriam do ambiente natural de uma maneira gananciosa, sem pensar naqueles que tem menor poder aquisitivo.

A EA-Conservadora costuma construir uma separação entre homem e natureza, fazendo com que a espécie humana não se sinta parte do meio ambiente, juntamente com outras espécies, criando então uma relação dicotômica entre natureza e humanidade. Essa separação faz com que o ser humano se sinta dominante sobre o meio ambiente. Um dos principais objetivos éticos da Educação Ambiental (EA), precisa desconstruir essa noção de que o homem é o dominador da natureza. Quem é dominador se acha no direito de agir de forma a se apropriar da terra e agir de forma a não respeitar os limites impostos pelo ambiente natural.

Ser sujeito cidadão exigem ações conscientes e responsáveis, principalmente quando se trata da preservação de recursos naturais e a manutenção deles. “A EA crítica é uma tendência voltada para uma educação cidadã, configurando elemento determinante para que o sujeito cidadão se consolide” (JACOBI, 2000). A utilização dos recursos naturais pelas pessoas, extraindo somente aquilo que é necessário para a sua sobrevivência, não faz com que os recursos acabem (aqui sobressai o valor-de-uso). O que causa o fim dos recursos é a utilização destes de forma desmoderada, sem critérios, se apropriando dos recursos naturais que pertencem a todos e o utilizando para ter lucro (aqui sobressai o valor-de-troca).

A EA-Conservadora costuma estar baseada nas características informacionais, nos conteúdos voltados para as questões ambientais recebidos em sala de aula e que não se conectam com a realidade e os problemas atuais dos alunos e da sociedade. As informações fornecidas sem a oportunidade dos estudantes aplicá-las e problematizá-las de alguma maneira, faz com que os conhecimentos apreendidos logo sejam esquecidos. Enquanto que aplicando os conteúdos apreendidos em sala na resolução de problemas sociais, trabalha-se

para uma mudança de pensamento por parte dos alunos. Segundo Santos e Tosch (2015, p. 248)

[...] Quando a EA não é trabalhada no enfoque crítico, se aproxima do senso-comum, pois não há preocupação com as origens da crise ambiental. Apenas com o modo de resolvê-la, se tornando um instrumento de reprodução dos padrões da sociedade atual, auxiliando-o a mantê-lo inalterado. A EA crítica entende que a problemática ambiental está intrinsecamente associada ao problema social, não há como separá-los [...]

É possível perceber pela citação anterior, que a Educação Ambiental Crítica inclui os seres humanos como reais participantes da natureza, de forma que eles podem trabalhar tanto para a conservação quanto para a destruição do meio ambiente. Isso mostra aos estudantes que existem maneiras de apropriações diferentes para um mesmo ambiente, fazendo com que os alunos entendam que nem todos os seres humanos apresentam a mesma responsabilidade pelos desastres ambientais, como a EA-Conservadora demonstra em seu discurso de generalização. O que se quer dizer é que a EA-Crítica estimula os estudantes a pensarem a Educação Ambiental dentro de uma óptica política e social, buscando uma mudança para melhor da sociedade, influenciando a reparação das injustiças, onde na maioria das vezes os mais abastados só aceitam uma EA limitada a não impedir seus meios de acumulação. Enquanto “a EA Crítica é aquela que é capaz de transitar entre os múltiplos saberes, científicos, populares e tradicionais, alargando a nossa visão do ambiente e captando os múltiplos sentidos que os grupos sociais lhe atribuem” (CARVALHO, 2011, p.27).

A EA-Crítica oferece um panorama de aprendizado diferente daquelas aulas em que o professor é o detentor do conhecimento e o aluno é somente ouvinte. A melhor construção do conhecimento ocorre de maneira cooperativa, ou seja, o conhecimento é construído pelo professor em parceria com os estudantes, de forma que tenham como opinar sobre os problemas socioambientais apresentados e de criar possibilidades para resolução desses problemas. Quer dizer, a EA que se pretende “Crítica” precisa considerar também a forma, não só o conteúdo, da relação ensino-aprendizagem. A citação de Carvalho (na passagem acima) trabalha a EA-Crítica como um estudo que passa por saberes científicos, populares e tradicionais, criando um conhecimento que interliga o que é apreendido na escola com o conhecimento que o aluno já tem.

Sabendo disso, este trabalho buscou levar a EA-Crítica para alunos do ensino médio, utilizando os conflitos socioambientais. A escolha dessa temática aconteceu por meio do histórico do conflito, em que os contextos sociais e ambientais se relacionam, criando um mote para uma pesquisa em EA-Crítica.

Os conflitos socioambientais apresentam grupos sociais envolvidos, que são os atores sociais e se diferenciam principalmente com relação ao modo como se apropriam de uma região. Nessa perspectiva, passam a existir disputas políticas e simbólicas que envolvem diferentes planos para aplicar recursos em um determinado

território, e muita das vezes utiliza-se de poder para colocar esses planos em prática. O conflito é deflagrado, à medida que surgem resistências e mobilizações dos grupos sociais de menor poder de influência política e econômica (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p.17).

Um exemplo distante, mas que serve como maneira de entender os conflitos socioambientais, são as disputas entre seringueiros e criadores de gado no norte do Brasil na década de 80. Os seringueiros queriam realizar a preservação da floresta Amazônica, pois era na floresta que eles extraíam a fonte do seu sustento, que era o látex extraído das seringueiras. Por outro lado, os criadores de gado queriam devastar parte da floresta visando realizar o seu negócio. Existia um conflito nessa região, uns queriam o lucro da criação de gado e outros queriam preservar árvores, pois a partir delas tinham o seu sustento. Vale perceber que eram relações econômicas concretas que possuíam consequências ambientais distintas (ou seja, sem espaço para romantizarmos). Nesse conflito é possível perceber intencionalidades diferentes para um mesmo ambiente, bem como relações assimétricas de poder entre os dois lados envolvidos, já que economicamente falando, os seringueiros não têm o mesmo alcance que os criadores de gado.

Os conflitos socioambientais costumam ter um cenário vinculado a injustiças ambientais, mostrando uma característica de desequilíbrio relacionada com o poder e com o capital, além de identificar pessoas que têm diversas relações com o ambiente, relações essas que variam da proteção até a exploração.

O conflito socioambiental aqui desenvolvido será sobre o *Parque Natural Municipal da Taquara* (PNMT), sobre o embate de seus moradores com o poder público de Duque de Caxias, município da região metropolitana do Rio de Janeiro (e depois relacionado também à instalação de uma fábrica de refrigerante¹). Nesse caminho, buscou-se inserir essa EA-Crítica entre alunos do primeiro ano do ensino médio de uma escola localizada no Centro do Rio de Janeiro².

¹ Vale registrar que esse pano-de-fundo, o conflito que considera essa empresa de refrigerante, pertence mais à segunda parte da pesquisa que embasou este artigo. Aqui apresentamos o conflito socioambiental mais imediato, o que encontramos nos primeiros momentos da investigação, entre os interesses dos moradores e a ação do poder público em relação à vida de todos nessa Unidade de Conservação. E o intuito principal era demonstrar o quanto isso seria importante para construir uma Educação Ambiental que se pretende Crítica.

² Vale registrar que os alunos-participantes dessa pesquisa, co-pesquisadores, foram dessa escola, porque é uma das escolas de atuação de um dos autores. Embora seja de um município vizinho ao do lócus da pesquisa, são da mesma região metropolitana e essa Unidade de Conservação em questão é ponto de interesse dos dois municípios. Além disso, essa metodologia que considerou esse conflito socioambiental como mote à Educação Ambiental Crítica não precisa ficar circunscrita às realidades excessivamente próximas, basta que sejam minimamente percebidas como importantes aos participantes.

A seguir, considerando o que foi separado para este artigo, delinearemos o conflito, traremos os atores envolvidos, com os depoimentos obtidos a partir do roteiro de perguntas construído pelos alunos, para os moradores do Parque e para o representante do poder público de Duque de Caxias.

O PANORAMA DO CONFLITO A PARTIR DOS ATORES ENVOLVIDOS: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT) é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral. As UC podem ser divididas em Unidades de proteção integral e Unidades de uso sustentável, de acordo com a lei 9985/00 (BRASIL, 2000). As unidades de proteção integral – classificação que enquadra o PNMT – tem como objetivo a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. O uso indireto está relacionado com a utilização do espaço natural de uma forma que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos bens da natureza. É importante destacar que Unidades de Conservação são áreas exclusivas de proteção à flora e à fauna silvestre, de forma que a presença de seres humanos morando nessas áreas é proibida.

O PNMT está localizado em Imbariê, terceiro distrito de Duque de Caxias, do estado do Rio de Janeiro e está inserido dentro da chamada APA (Área de Proteção Ambiental) de Petrópolis. O Parque possui cerca de 19 hectares, havendo planos de um projeto para extensão, chegando ao tamanho de 21 hectares. Dentro dos limites da UC existem belezas naturais, como a Cachoeira das Dores, possuindo uma grande queda d'água, também chamada de Véu de Noiva. Representantes da flora do Parque podem ser destacados, como o ipê-amarelo e o ipê-roxo; assim como representantes da fauna: a preguiça, o macaco-prego, o gambá e o sabiá-laranjeira.

No interior do Parque residem moradores que apresentam uma relação conflitante com o poder público do município Caxias. Antes mesmo da região ser oficialmente considerada uma Unidade de Conservação de proteção integral, já havia pessoas morando no local e que pagavam devidamente o ITR (Imposto Territorial Rural) ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O ITR é um imposto pago para regularização de imóveis rurais. Entende-se, portanto, que alguns moradores do Parque, estavam regulares naquela região quando o poder público de Caxias instaurou a UC. De acordo com Fernandes (2018, p.26): “(...) em seu interior o Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT) apresenta 8 residências, sendo 4 residências oficializadas pelo INCRA, enquanto as outras se apresentam de forma irregular”. Ou seja, apesar de existirem pessoas irregulares na região, existem aquelas que estão regularizadas e que sofrem com a situação adversa que acontece

pós transformação da região em UC. De acordo com Abrantes e Fadel (2012, p.7), a criação do PNMT:

[...] fundamenta-se a partir de uma cessão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Prefeitura de Duque de Caxias no ano de 1992. Porém a regulamentação fundiária do Parque só começou a ser tratada pela instância municipal no ano de 2005, uma vez que já havia terminado o prazo de cessão com o INCRA. Com isso, existiam-se as opções de renovar tal cessão, ou efetuar por completo a sua doação e, em 23 de Junho de 2006, ocorre à doação definitiva da região por parte do INCRA para o município de Duque de Caxias.

Em teoria, no interior de Unidades de Conservação de proteção integral, não poderia haver pessoas residindo. Dessa forma, as pessoas que atualmente moram no interior do Parque, mesmo as regulares com o INCRA, deveriam ser desapropriadas dessa região. O que de fato ocorre é que os moradores: de um lado não querem sair de suas casas para viverem em outros locais, de outro não querem sair da região sem uma negociação justa do valor de suas residências. De acordo com os próprios moradores por meio de entrevistas, os valores de negociação de desapropriação se apresentaram muito abaixo do valor de mercado de suas residências. A Prefeitura tenta estabelecer de fato uma Unidade de Conservação de proteção integral e os moradores defendem o seu direito à moradia. A partir desse primeiro conflito, que os alunos se envolveram com a situação proposta.

A escola desses alunos-participantes, co-pesquisadores, está localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, possui uma distância relativa para a região onde ocorre o conflito socioambiental, na região da Taquara em Duque de Caxias. Mas, vale dizer que os municípios de Caxias e do Rio estão na mesma conurbação e que um dos pesquisadores deste artigo realiza visitas constantes ao PNMT, com e sem a presença dos alunos, visando obter informações, por meio de entrevistas com moradores do Parque, com atores das associações de moradores e com representante do poder público de Duque de Caxias.

As informações obtidas pelas entrevistas eram organizadas e levadas para a sala de aula, visando dar acesso aos alunos ao máximo de informações possíveis sobre a situação da região e do conflito e visando iniciar os debates e análises. Antes e durante, os próprios estudantes criaram perguntas para serem feitas aos envolvidos no conflito. Essas perguntas foram motivadas por meio de vídeos que mostravam a região do Parque e os principais problemas existentes, bem como a inserção de filmes que aproximavam os alunos da questão dos conflitos socioambientais.

As primeiras tentativas de realização das entrevistas foram bem difíceis, já que não havia nenhum conhecimento do que acontecia dentro do Parque, os residentes não recebiam o entrevistador ou simplesmente não queriam responder às perguntas, pois sentiam receio de receber um desconhecido em suas casas. Essa atitude deles era natural, visto que

posteriormente foi descoberto que os moradores já estavam sendo orientados por um advogado a não se expor ou assinar nenhum tipo de papel.

As investigações sobre os conflitos no início estavam bem difíceis, por conta dessa desconfiança das pessoas. Muitas vezes elas achavam que poderia ser algum artifício para tentar extrair alguma informação valiosa. Enquanto não era obtido um contato no interior do Parque, nenhuma tentativa de execução da metodologia da pesquisa foi aceita. Posteriormente realizando contatos com a associação de moradores e com uma pesquisadora que também realizou um trabalho na região, aconteceu o primeiro contato que abriu portas para outras entrevistas com outros moradores.

A seguir, serão mostrados trechos das entrevistas, conforme vamos desenvolvendo observações sobre essas respostas. Vale lembrar que o roteiro foi feito pelos estudantes. Inicialmente o “Sr. K.³”, morador há 33 anos do local, começou falando sobre a falta de comunicação entre o poder público e os habitantes do Parque.

Simplemente o prefeito da época, [...] criou um decreto de lei em 92, instituindo essa área aqui como Parque natural municipal de Duque de Caxias. Ele não quis saber se essa área era titulada em nome de alguém, se tinha registro no INCRA, não percorreu um cartório para saber se tinha alguma escritura de posse no nome de alguém. Simplemente ele “meteu a caneta” e fez o decreto de lei. Depois entre 1998 e 2000 foi instituído o Parque Natural Municipal da Taquara dentro da área, aí que o poder público foi correr atrás de documentação, para tentar conseguir a posse da terra para fins de preservação ambiental. Havendo um choque de leis, porque a lei garante o direito a posse da terra as pessoas que estavam aqui, são devidamente conhecidas pelo INCRA, como moradores a décadas [sic] [...].(Sr. K, morador do Parque)

De forma indireta, a maneira desordenada de instituição do PNMT colocou segundo Ferreira (2004, p.52):

(...) as instituições públicas contra os moradores das áreas agora protegidas, as propostas de conservação realizadas de forma escondida, sem nenhuma participação das camadas menos poderosas, acabam se tornando muito politizadas, fazendo com que os moradores, sem nenhuma experiência política passassem de forma repentina a serem inseridos em um conflito na condição de atores sociais.

Atores sociais são pessoas que participam ativamente de conflitos socioambientais, podendo ser eles de maior poder aquisitivo ou de menor poder aquisitivo. No relato abaixo, o morador Sr. K fala sobre a Prefeitura:

A Prefeitura nunca chegou num acordo para tirar os moradores daqui de forma pacífica, ela sempre procurou usar os artifícios que o poder público tem para sufocar os moradores aqui dentro! Manipulação da força pública, entendeu? Foi isso que eles sempre fizeram, a manipulação, usaram a máquina pública para sufocar as pessoas aqui dentro! Alegando as leis que eles querem que sejam e não a lei que realmente é a lei. (Sr K, morador do Parque)

Por intermédio das palavras do Sr. K é possível perceber uma indignação com a situação adversa vivida por essas pessoas, em um momento de desabafo, o Sr. K expõe o seu sentimento com relação aos tratos que vem sofrendo em relação aqueles que tem mais poder

³ Não revelaremos os nomes verdadeiros dos atores envolvidos na Pesquisa, porque dessa forma foi acordado com eles, através de um Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido (TCLE).

do que os moradores. O poder público embora tenha o real desejo de fazer daquele local um Parque, tem utilizado a máquina pública contra os residentes, de forma a forçar a saída deles. Esse mesmo discurso pode ser observado na fala de dois outros moradores do Parque, o “Sr. A” e o “Sr. D”. Será evidenciado trechos do relato dessas pessoas:

Meu primo não está aqui, ele acabou de descer, ele teve o carro dele várias vezes barrado ali na porta com materiais, para poder fazer a sua obra! Aqui é uma área, a qual nós estamos em conflito sim! [...] A Prefeitura chegando aqui, ela destruiu tudo! Hoje em dia eu estou com uma liminar de um desembargador que na época os meus pais, meu tio, entraram contra a Prefeitura, porque eles estavam proibindo a gente aqui de ter projetos autossustentáveis, galinhas, verme compostagem, tudo que fosse autossustentável, eles estão querendo tirar da gente, tirar o nosso direito de subsistir! (Sr. A)

A restrição se torna uma forma de penalização, como se realmente aquelas pessoas fossem as principais (e únicas) responsáveis por problemas ambientais que acontecem. E por ser tratar de uma UC de proteção integral, no fim das contas, esses moradores são criminalizados e impedidos de utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Com isso o poder público não tem a conservação do ambiente que tanto desejava. O morador Sr. D também faz alguns comentários:

[...] Eles [poder público] tentam nos pressionar de alguma maneira, temos uma terra que não podemos fazer nada! Tem uma área que não pode fazer nada, não pode usar. Aqui é um lugar procurado, eu poderia fazer na minha área, 4 ou 5 chalés para alugar, por temporada, vou ter um meio de renda, o que não me é concedido! Eu não posso fazer isso! Eu quero fazer aqui uma piscina para os meus filhos tomarem banho e não posso fazer! Não me é concedido! Eu tenho uma área que eu sou privado de usar a minha área! Legalmente eles não têm esse direito de privar, mas eles usam o meio ambiente como tema, porque o meio ambiente te dá várias brechas para serem utilizadas, ou seja, eles não querem legalização em lugar nenhum mas aqui eles querem legalização! [...] (Sr. D)

As palavras do Sr. D demonstram indignação por ter uma terra e não poder usar ela como gostaria, as obras são proibidas até receber autorização por parte do poder público para efetuar essas obras. Segundo os moradores da região, essas políticas de austeridade têm sido adotadas para conseguir a desapropriação dos imóveis à força, de forma que a intenção implícita é sufocar os moradores. Essas medidas ásperas do poder público apontam as falhas nas políticas de implementação do Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT).

Segundo as entrevistas, houve proibições de visitas de parentes aos moradores e a apresentação de um projeto para a instalação de catracas para cobranças de tarifas na entrada do Parque. Para os moradores só prejuízos, já que só poderiam ver seus familiares em momentos preestabelecidos e seus familiares ainda teriam que pagar uma taxa para entrar. E quanto às contrapartidas, é notório as dificuldades da Prefeitura de Caxias referente aos investimentos ao próprio funcionamento da UC, isso pode ser observado com os banheiros para recepções de visitantes porque estão totalmente destruídos. Há muitas pichações, muita sujeira e pouca fiscalização.

O plano de manejo referente ao PNMT ainda está em momento de confecção, tendo sido contratada uma empresa para a realização desse projeto, a UC em questão ainda não apresenta esse documento. Porém de acordo com a secretaria do meio ambiente de Duque de Caxias/RJ, esse plano de manejo já foi efetivado, porém segundo informações obtidas é necessário que ainda se torne público por meio de diário oficial.

De acordo com as entrevistas, os moradores não se mostraram dispostos a atrapalhar os planos de conservação do meio ambiente da região, que é o principal objetivo da formulação do Parque Natural. E outros entrevistados não se opuseram a sair da região, porém não vislumbraram uma troca de residência que fosse satisfatória, que os remanejassem para regiões urbanas próximas. Outros fatores alegados por eles para não viverem nas cidades também foram apresentadas, como exemplos: o bem-estar de viver em um ambiente natural, não mais acostumar a ambientes de violência e com alta carga de poluição...

Como a ideia desse artigo foi detalhar um conflito socioambiental, fez-se necessário ouvir um representante do poder público e evidenciar também o outro lado, algo diferente do que foi dito pelos moradores do PNMT.

O representante do poder público que realizou a entrevista foi o Sr. W, diretor de biodiversidade, geógrafo e está como funcionário concursado do meio ambiente há 20 anos na Prefeitura de Duque de Caxias. A função do Sr. W é realizar o acompanhamento das Unidades de Conservação de Duque de Caxias, que ao todo são quatro: Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), Parque da Caixa d'água, APA de São Bento e Reserva Biológica do Parque Equitativa. Ele realiza esse acompanhamento e direciona também as questões de produção do plano de manejo, revisão desses planos e os demais documentos que são criados para auxiliar a gestão das Unidades de Conservação.

O Sr. W enfrentou nossas questões e se mostrou interessado em auxiliar o trabalho que estava sendo realizado, entende que a realização de trabalhos de monografia, Mestrado ou Doutorado em Unidades de Conservação de Duque de Caxias são importantes pois auxiliam na divulgação das áreas turísticas e ecológicas do município – áreas essas que muitas pessoas, segundo ele, ainda não conhecem. Quanto à questão dos moradores do PNMT, o Sr. W disse que existem dois tipos de moradores os chamados sitiantes, que são aqueles que estão fora da área do Parque da Taquara, e os parqueantes que estão dentro da área do PNMT. Originariamente, eram quatro parqueantes e hoje são oito. Por intermédio das palavras do Sr. W pode se afirmar que na região existem pessoas que moram fora dos limites dos 21 19hectares do Parque. Os sitiantes não geram problemas para a Prefeitura, segundo Sr. W, mas a questão, são com os parqueantes. O Sr. W seguiu se referindo aos parqueantes:

Quando o Parque foi construído esses moradores já estavam ali. Foi realizado um processo de desapropriação mas esse processo parou no tempo e na verdade, ele inclusive foi arquivado. Aquelas pessoas, elas iam ser retiradas e indenizadas, mas esse processo não teve continuidade. Qual é a relação dos parqueantes com a secretaria? Não é uma relação boa, há um conflito ali e a gente [da secretaria do meio ambiente] tem que entender porque eles já estavam ali quando o Parque foi criado e a secretaria tem que fazer valer o que a lei diz. Foi criada a Unidade. Inclusive alguns moradores não aceitam, a Unidade ali naquele local, dizem inclusive que não existe unidade, mas a lei é clara, criou o parque e ali é uma UC. É uma área de conflito, onde temos muita dificuldade de relação e a gente tenta na medida da negociação, fazer as coisas acontecerem, mas não é nada fácil em termos de gestão [sic].

É importante destacar que desses parqueantes, nem todos têm direito efetivo a indenizações, apenas quatro dessas residências que se enquadram dentro dos limites do Parque tem esse direito, as outras quatro são irregulares, ou seja, apesar de instaladas antes da oficialização da região como Parque natural, não apresentam registros.

Com relação a criação da UC, houve um decreto de lei que oficializou a região como de proteção ambiental, porém os moradores resistiram e alegaram morar antes. Segundo o poder público, havia um projeto para desapropriação, porém esse processo caducou e não foi renovado, logo a situação teve que continuar do jeito que estava. Ou seja, uma proposta de desapropriação justa ficou apenas na intenção e nada se efetivou, nem para retirar com dignidade os moradores, nem para deixá-los lá amparados por alguma lei. Os moradores ficaram no limbo.

Para o Sr. W o planejamento da Prefeitura seria para realizar um projeto para o Parque que envolvesse também as pessoas, de forma que eles viessem a ser beneficiados. A tendência, segundo o Sr. W, é ter no PNMT uma forma de vincular as comunidades já existentes. O poder público no momento, não tem recursos suficientes para realizar os processos de desapropriações. Com relação a oficialização do PNMT como UC de proteção integral, Sr. W afirma que:

Em 1992, já existia ali toda uma intenção de fazer uma UC, muitos anos depois em 1997 a Petrobrás teve um recurso para a criação de algum projeto, fomento de projeto de meio ambiente, foi criado o Parque... A Petrobrás custeou as obras e nessa ocasião, nós tínhamos a sede, o orquidário, os banheiros, o auditório e o coreto e mais o canteiro central que chamamos de rosa dos ventos. Então, a Petrobrás, por meio de um recurso compensatório, ela bancou, custeou as obras do PNMT... [sic]

Nessas palavras pode ser observado que parte do dinheiro proveniente para a construção do Parque veio da iniciativa de uma empresa, por meio de pagamentos de compensações ambientais, a Petrobrás construiu os prédios relacionados para a estruturação do PNMT, porém a problemática foi que os banheiros, o orquidário e o auditório que foram construídos nesse processo, não passaram por processos de manutenção, sendo então desgastados com o tempo. Juntamente com esse problema, há pouca fiscalização no local, segundo as demais entrevistas. Por conta disso, vê-se a destruição do patrimônio público.

Com relação à limitação de entrada de pessoas no Parque, a cobrança de entradas e a reforma nas residências no interior do PNMT, o Sr. W também se manifestou:

Nós tentamos sim, limitar o acesso ao Parque e estabelecemos o limite de 500 pessoas por vez e isso foi aplicado e foi implementado e está valendo hoje. Naquela ocasião tentamos também cobrar 10 reais a entrada, 5 reais para as crianças.

A intenção dos gestores públicos era reverter os pagamentos das entradas para possíveis gastos futuros do PNMT, as roletas serviriam para limitar a quantidade de pessoas, já que no verão o Parque recebe em média 500 pessoas por dia, segundo o próprio Sr. W. Essa quantidade excessiva de pessoas prejudica a natureza da região, já que há deposição de lixo, gerando problemas de recolhimento pois não há lixeiras suficientes, sendo a limpeza feita, em sua maioria, por voluntários em dias de mutirões.

Em entrevistas, a tentativa de cobrar entradas, fez com que a população da área se sentisse desrespeitada, pois sentiam receio que seus parentes tivessem que pagar para entrar no Parque, inclusive em uma das entrevistas, um dos moradores falou a respeito da proibição de entrada no PNMT, em que um de seus familiares teve a entrada bloqueada gerando tensões e discussões. Pode ser percebido que as dificuldades de instalação e desenvolvimento daquele espaço como uma Unidade de Conservação (UC) se chocam com os interesses dos moradores, de forma que enquanto eles estiverem ali dentro, dificulta-se qualquer tipo de ação do poder público visando ter efetivamente uma UC de proteção integral.

As tentativas de cobrança de entrada não foram totalmente descartadas e o poder público, por meio das palavras do Sr. W, pretende ainda insistir nesse projeto, que poderia se bom caso revertesse recursos para a UC. Porém é claro que existem muitas pessoas que não poderão arcar com esses valores, considerando que atividade de lazer antes era gratuita. O Sr. W continua sua entrevista comentando a respeito das obras nas casas dos moradores:

Qualquer sitiante ou parqueante pode fazer obras em suas dependências desde que seja autorizado, pois está dentro de uma Unidade de Conservação. Os sítiantes estão na área do entorno, na área de amortecimento. Eles precisam de autorização, uma vez eles solicitando, não há dificuldade nenhuma, se não solicitarem aí é feito uma fiscalização e eles podem ser notificados.

Houve a confirmação de que qualquer tipo de construção realizada na extensão do PNMT precisa ser autorizada, porém torna-se bem difícil um processo de negociação entre as partes quando o quesito são obras. Pois se for levado em consideração que anteriormente a existência do Parque, os moradores que já estavam ali e não precisavam de autorização para construções, entende-se que praticamente de um momento para o outro, eles passaram a ter que pedir autorização e sofrer com a burocracia de um processo de autorização que pode levar um certo tempo para ser obtido e pode também contar com respostas negativas.

Depois de todo esse percurso, as informações obtidas pelas entrevistas foram levadas aos estudantes, tanto para informar, quanto para debater as maneiras de soluções para o

conflito. Os alunos chegaram a visitar o PNMT com a companhia dos professores e conheceram alguns moradores da região, que também contaram a eles, pessoalmente, um pouco dessa situação, dessa problemática.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA POR MEIO DE UM CONFLITO: RESULTADOS OBTIDOS DIANTE DO ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

Por meio do estudo dos conflitos socioambientais é possível criar um cenário vinculado a injustiças ambientais, mostrando uma característica de desequilíbrio relacionada com o poder e com o capital, no caso proposto, com o poder público de Duque de Caxias de um lado e os moradores do outro. O conflito permite que os alunos identifiquem pessoas que têm diversas relações com o ambiente natural, relações essas que variam entre os interesses de desenvolvimento de uma área de proteção até a exploração dessa mesma área.

Em um momento após as primeiras entrevistas, os estudantes revisitaram o local e conheceram dois moradores, entre os que nos concederam as entrevistas anteriormente. Durante essa visita, foi realizada uma roda de conversas entre moradores e alunos. A execução da roda de conversas, proporcionou a verificação do pensamento de cada aluno, sobre o que havia sido estudado em sala de aula e fora dela. As opiniões eram manifestadas das mais diversas formas, a maior parte delas voltada para ideias de possibilidades de solução para o conflito apresentado. Possibilidades que passaram desde a ideia de: aceitar a desapropriação (com indenização) dos moradores (que em tese seria a forma mais simples de resolução do problema); passar pela conciliação entre Prefeitura e moradores, indicando que essas pessoas continuassem no Parque auxiliando nas questões de preservação; buscar por propriedades similares (fora do Parque) as que os moradores se encontram agora...

A prática pedagógica de Educação Ambiental no ensino médio sugere a necessidade de superação da visão conteudista, tanto por parte dos alunos como por parte dos professores. Para que isso venha acontecer, é importante o incentivo à aplicação de atividades voltadas para EA-Crítica, iniciando por meio da resolução de problemáticas preferencialmente locais e/ou que estão próximas da realidade dos estudantes, até atingir possibilidades de discussão de problemas mais distantes. Um problema da aplicação da EA-Crítica em sala de aula é que o processo de avaliação dos alunos precisa aproveitar o conhecimento adquirido com a prática da EA-Crítica, nesse caso se torna interessante avaliações que façam com que o estudante consiga expressar e construir sua própria opinião. Nesta prática, a avaliação utilizada foi a própria roda de conversas.

O ponto de interesse principal desse processo educacional não é fazer com que os estudantes consigam solucionar os “problemas” de provas e testes, mas ir além das quatro paredes, dando-lhes problemas da vida real, fazendo com que estejam preparados para

entenderem os problemas socioambientais, no caso. A Educação Ambiental quando crítica empresta ao Ensino de Ciências essa reaproximação urgente e necessária com o social, o econômico e o político, porque muitos dos problemas ambientais atuais que assolam o Brasil não podem seguir com a fragmentação frequente da EA-conservadora. A questão da proteção das Unidades de Conservação é realizada pelo homem por intermédio da lei, a ideia da busca de recursos naturais para exploração é realizada pelo homem, cabem aos seres humanos, portanto, verificar se determinada atividade é prejudicial ou não ao meio ambiente. E essa revisão de prática deve ser permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um problema real existente, no caso a investigação do conflito socioambiental apresentado pelo artigo, permite que tanto alunos como professores sejam inseridos em sala de aula como pesquisadores, colocando-os de maneira mais horizontal durante a construção do conhecimento, quando o estudo é realizado dessa forma, permite que as informações descobertas pela pesquisa sejam discutidas, além de aproximar professores e alunos em um objetivo comum que é descobrir possibilidades de resolução do conflito socioambiental proposto.

Neste momento é importante tocar nas principais dificuldades da prática relatada e até contradições. A escola onde foi realizada é privada e voltada para concursos públicos e vestibulares, neste caso, os tempos de aula são vistos para cumprimento de um currículo bem fechado, pois existe um planejamento prévio de conteúdos que deve ser cumprido até o final do ano. Claro que é um desafio enfrentado em várias realidades escolares, esse falso dilema entre cumprir um currículo burocraticamente posto ou desviar um pouco os estudos previstos sob uma metodologia não tradicional. Na verdade, cada vez mais vai ficando claro para nós que a formação é muito mais qualificada e até marcante para os alunos exatamente nesses momentos em que é menos conteudista.

Não foi fácil organizar os alunos para acompanhar os estudos e fazer a pesquisa. A organização das datas para aplicação das atividades propostas (como a exibição de filmes voltados para o conflito socioambiental proposto, a saída para o Parque natural, bem como a roda de conversas) precisou acontecer com a autorização fornecida pelos pais, quando permitiram que os alunos ficassem no contraturno das aulas. Foi somente assim que conseguimos conciliar a aplicação de toda a prática com o planejamento (considerando tanto a pesquisa, quanto o restante do conteúdo do currículo).

Uma outra dificuldade encontrada foi em relação ao conflito socioambiental que tínhamos para pesquisar. Como ele não se apresentou próximo da escola que queríamos

relacionar, tivemos que fazer essa ponte entre os alunos e o Parque. Para nós a justificativa era suficiente e o interesse e adesão dos alunos-pesquisadores se deu plenamente, mas o desafio era obter a materialidade. Apesar das dificuldades, com o de leva-los ao Parque, conseguimos a real aproximação, o resultado, o debate e a análise por parte dos alunos. Os conflitos socioambientais envolvem pessoas com características diferentes que disputam um mesmo território, muitos dos participantes do conflito são difíceis de serem contactados para uma entrevista, mesmo assim conseguimos encontrar personagens emblemáticos que nos ajudaram muito a entender os primeiros itens dessa problemática.

Quanto à questão da aplicação da Educação Ambiental Crítica na escola, a possibilidade do aproveitamento da problemática que envolvessem pessoas e meio ambiente, mostrou-se um caminho de ensino e aprendizagem riquíssimo. Ao ponto de chegar ao que julgamos mais importante: de que isso terá influência real na vida desses estudantes. O que nos fortalece a acreditar de que quando adultos e em situações de poder influenciar poderão fazer mais para que tenhamos uma melhor relação com o ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P.; FADEL, S. O Parque Natural Municipal da Taquara: Análise Histórico-Ambiental de uma Unidade de Conservação da Baixada Fluminense. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, v.1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/4355>. Acessado em 20/02/2019.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil. Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez editora, 2011.p. 21
- FERNADES, S.S.C. Análise de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Taquara – Duque de Caxias, RJ: subsídios à gestão participativa. **Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Instituto de Geografia. 2018. p. 107.
- FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira, SP. **Ambiente e Sociedade**. v. 7, nº1, p. 47 66, 2004.
- JACOBI,P.R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- LAYRARGUES, P. P. L **Revista Contemporânea de Educação**, v.7, nº14, p. 388 411, 2012.
- PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos**. 1º edição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- SANTOS, J. A; TOSCHI, M. S. Vertentes da educação ambiental: da conservacionista a crítica. **UniEvangelica**, v.4, n.2, 2015.

Submetido em 30/09/2020

Aprovado em 20/12/2020

Publicado em 30/12/2020